

NUTEC informa sobre recuperação de trecho do *link* da rede da SJBA



prestação jurisdicional na Capital e no interior. Houve muito desgaste entre o NUTEC e a operadora Claro. Foi necessário subir o problema do nível técnico ao nível administrativo. Um trabalho de equipe entre o NUTEC, a Direção do Foro e a Secretaria Administrativa resultou em um ofício enviado à ANATEL pelo diretor do Foro, juiz federal Durval Carneiro Neto, solicitando providências de melhorias no tempo de resposta na recuperação de incidentes e no cumprimento do contrato no que se refere à disponibilidade do link”.

Além dessas providências, o NUTEC está em contato com outras Seccionais e com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) no intuito de criar alternativas em casos de quedas ou indisponibilidades no sistema. “Atualmente, os sistemas informatizados tornaram-se essenciais nos trabalhos da Justiça Federal, o que nos leva a continuar com iniciativas e inovações que permitam, por meio de novas tecnologias e redundâncias de circuitos, alcançar a meta de disponibilidade dos serviços próxima a 100%”, afirmou o supervisor da Seção de Atendimento aos Usuários (SEAUS-SJBA), João Carlos de Brito Mota.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

O diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (NUTEC-SJBA), Álvaro Antônio Brito Reis, informa que a operadora Claro anuncia recuperação de trecho que estava indisponível e que agora o *link* da rede da Seção Judiciária da Bahia possui novamente a redundância com duas fibras. Se a fibra óptica do trecho que vem do bairro de Sussuarana ficar indisponível, imediatamente a rede é deslocada para a fibra óptica do trecho que vem do bairro do Imbuí, normalizando o serviço.

Conforme ressaltou o diretor do NUTEC, “o caminho até aqui não foi muito fácil. Com a demora da Claro em recuperar o link, houve prejuízos na

Integração dos Sistemas PJe e PDPJ-Br já está disponível para usuários da JF1



No último dia 10 de fevereiro, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), por meio Divisão de Projetos de Sistemas (Dipsi), homologou a integração entre o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) com a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br). Após inúmeros testes, a integração das ferramentas foi disponibilizada para utilização a partir de ontem, 23/02.

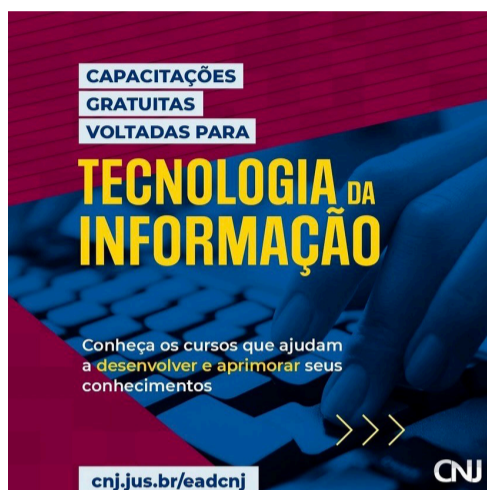
O objetivo dessa junção é estimular o trabalho colaborativo entre os tribunais

e permitir que os usuários da Justiça Federal da 1ª Região (JF1) tenham acesso ao *marketplace*, que disponibiliza uma série de aplicações, como o Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-Natjus); Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper); Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA); Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP); Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores (Renajud), entre outros.

O PDPJ-Br foi instituído pela Resolução nº 335 de 2020, do Conselho Nacional de Justiça e tem a finalidade de incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os tribunais, preservando os sistemas públicos em produção, e, ao mesmo tempo, consolidando a política para a gestão e expansão do PJe.

Essa matéria está associada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

CNJ oferece capacitações gratuitas voltadas para área de tecnologia



O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud) está oferecendo uma série de cursos *on-line* e gratuitos na área de tecnologia para servidores e colaboradores do Poder Judiciário. As capacitações estão disponíveis na página do Ceajud no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A ação tem por objetivo o desenvolvimento de habilidades na aplicação de forma prática e eficiente das ferramentas e programas, aprimorando assim a atuação de servidores e colaboradores no dia a dia do trabalho.

Estão sendo oferecidas um total de 15 opções de capacitação na área de tecnologia, dentre elas os cursos sobre ferramentas mais usuais da Microsoft (*Outlook, Planner, Power Point, Word e Teams*), e outros de habilidades específicas como, *Dashboards com Power BI e Relatórios Dinâmicos com o R, Fundamentos de Estatística para Ciência de Dados, Python para análise de dados de Java Básico* e também *Modelo de Governança e de Gestão Negocial dos Serviços Digitais do CNJ e Poder Judiciário*.

Além dos cursos de tecnologia, o Ceajud disponibiliza também outras capacitações em diversas áreas dentro do ciclo de cursos abertos, das categorias cursos de direito da infância e ouvidoria. Para conferir todos os cursos disponíveis basta clicar no link <http://bit.ly/3IOz9nk>.

Aniversariantes

Hoje: Rodrigo Barata Silva (12ª Vara). **Amanhã:** Sandra Lopes Santos de Carvalho (Juíza Federal da 23ª Vara), Carla Fugiwara Santos (12ª Vara), Andréa Maia Santos de Brito (16ª Vara), Mário Cleydson Góis de Oliveira (Feira de Santana), Kátia Fernandes Pereira (Nuasg), Carla Mendes da Silva Pereira (Eunápolis), Ingrid Alexandra Pereira Paiva (2ª Vara), Lilian Santos Borges e Silva (22ª Vara), Mateus Pinheiro Cardoso Santos (NuteC). **Segunda-feira:** Alan de Araújo Silva (Campo Formoso), Rodrigo José Torres Góis (Paulo Afonso), Gabriela Vasconcelos Santos (3ª Vara).

Parabéns!

JFH HÁ DEZ ANOS

Em fevereiro de 2013, o JFH publicou as notícias que destacamos abaixo:



22/02/2013 - STJ indica juiz federal Saulo Casali para o CNJ - O Pleno do STJ indicou, por aclamação, nesta quarta-feira, 20/2, o desembargador federal Guilherme Calmon, do TRF da 2ª Região, e o juiz federal Saulo José Casali Bahia, para comporem o Conselho Nacional de Justiça. Antes da posse, os indicados precisam ser aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo plenário do Senado e, posteriormente, nomeados pela presidente Dilma Rousseff.



26/02/2013 - Margem da Palavra: Agradecimento por Luzineide Oliveira - Nalmira, copeira do 1º subsolo do prédio sede, por nós carinhosamente chamada de Mira, é uma pessoa extremamente tímida, mas, recentemente, me procurou para que eu transcrevesse um agradecimento seu para todos os juízes e servidores que, todos os anos, colaboram com a festa de fim de ano dos terceirizados. Mansamente, ela foi falando: “Sabe, Lu, todos os anos eu sinto essa vontade de agradecer por tudo o que vocês fazem por nós, mas fico com vergonha e termina passando o momento adequado, mas esse ano eu resolvi vencer minha timidez e falar com você para que seja publicado um agradecimento em meu nome e em nome dos meus colegas. Você não faz ideia de como eu fico feliz quando eu vejo meus colegas se apresentando na festa do final do ano, cantando ou recitando e eu sinto tanta vontade de fazer alguma coisa e não tenho coragem, mas gostaria muito de agradecer por todos esses anos em que os servidores se reúnem para proporcionar esses momentos tão felizes para nós. É bom ganhar a cesta de Natal, mas o melhor é que ela significa que nós somos lembrados. Nós nos sentimos valorizados e isso faz com que a gente se sinta parte da Justiça Federal.”